

FAMILIARES DE JOVENS ASSASSINADOS: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA

FAMILIES OF YOUNG MURDERERS: A SYSTEMATIC REVIEW OF LITERATURE

Jéssica Silva Rodrigues¹
João Paulo Pereira Barros²

Resumo

Este artigo visa analisar o modo como familiares de jovens assassinados têm sido retratados na literatura que discute a violência letal juvenil. Como objetivos específicos, propõe-se pôr em análise produções discursivas de artigos científicos sobre repercussões dos homicídios juvenis nos familiares das vítimas, compreendendo de que modo esse tema vem sendo abordado nas produções no campo da psicologia. Para tanto, foi realizada uma revisão sistemática de literatura sobre o tema, utilizando-se os seguintes descritores: Homicídio, Família, Jovem. Visando ampliação dos resultados, foram realizadas buscas com variações desses descritores. As buscas foram feitas na plataforma CAPES e PEPSIC, no período de abril de 2018. Foram selecionados 16 artigos produzidos entre os anos de 2005 e 2017, que versavam sobre os impactos dos homicídios juvenis no cotidiano de seus familiares. Os resultados foram apresentados a partir dos seguintes tópicos: O lugar dos familiares nas produções; Repercussões psicossociais nos familiares de jovens assassinados; e Implicações da Psicologia nas discussões sobre impactos dos homicídios juvenis em familiares.

Palavras-chave: Homicídio, Família, Jovem

Abstract

This article aims to analyze the way in which relatives of murdered youths have been portrayed in the literature that discusses juvenile lethal violence. As specific objectives, it is proposed to analyze discursive productions of scientific articles on the repercussions of juvenile homicides on the relatives of the victims, understanding how this theme has been approached in productions in the field of psychology. For that, a systematic review of literature on the subject was carried out, using the following descriptors: Homicide, Family, Young. Aiming at amplifying the results, searches were performed with variations of these descriptors. Searches were made on the CAPES and PePsic platform in April 2018. Sixteen articles produced between 2005 and 2017 were selected, which dealt with the impacts of juvenile homicides on the daily life of their families. The results were presented from the following topics: The place of the relatives in the productions; Psychosocial repercussions on the relatives of murdered youth; and Implications of Psychology in the discussions on the impacts of juvenile homicide on family members.

Keywords: Homicide, Family, Young

¹ Mestranda em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará, Brasil. E-mail: jsrodriguespsi@gmail.com. <http://orcid.org/0000-0001-8395-1626>

² Professor da Graduação e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal do Ceará, Brasil. E-mail: joaopaulobarros07@gmail.com. <http://orcid.org/0000-0001-7680-576X>

1. INTRODUÇÃO: PESQUISANDO A CATEGORIA FAMÍLIA

Analisando a constituição do termo Família como uma categoria de pesquisa, Silva (2017) pontua que somente após a guinada científica de disciplinas como a psicologia, ciências sociais e história é que a família passa a se constituir como um objeto de estudo. Desse modo, a produção de conhecimento sobre a família requer que a reconheçamos “como meio de influência prática na vida cotidiana das pessoas, instituições ou mesmo na história da humanidade, devendo, a partir de interesses específicos, operar seu favorecimento ou sua crítica” (Silva, 2017, p.37). Ainda de acordo com esse autor, após constituir-se como objeto de estudo para as ciências, foram desenvolvidas diferentes ideias e concepções a seu respeito. As diferentes teorias e definições de família servem como um emblema de duas dimensões: “A primeira diz respeito à relevância dessa instituição social(...), [uma vez que] é importante conhecer a família para atuar sobre a sociedade” (Silva, 2017, p.50) e a segunda é que a diversidade de conhecimento acerca desse grupo consiste em uma tentativa de capturá-lo (Silva, 2017). Tomando a instituição familiar a partir de sua complexidade e considerando as diferentes matizes de pensamento que vêm sendo produzidas no intuito de abarcar essa complexidade, optamos, neste estudo, por ancorarmo-nos nas discussões acerca de família contemporânea.

Partindo da problematização de que, na atualidade, vivencia-se uma suposta crise da família, Silva (2017), considerando uma perspectiva histórica e transcultural, aponta que o discurso de crise da instituição familiar em muito se dá pelas mudanças contemporâneas ocorridas naquilo que se conhecia por família. A contemporaneidade é marcada, portanto, por transformações nas funções da instituição familiar que dão abertura para maior diversidade de suas composições, estruturas, funções e dinâmicas.

O termo família adquire sentidos diferentes para os sujeitos de acordo, dentre outros aspectos, com as classes sociais a que pertencem. Desse modo, nos grupos populares ocorre uma extensão horizontal daquilo que se entende por família, podendo englobar diferentes graus de parentesco ou construção de vínculos com pessoas sem que haja laços consanguíneos (Fonseca, 2005). “Assim a noção de família varia conforme a categoria social com qual estamos lidando” (Fonseca, 2005, p. 52). Tecendo uma crítica à nuclearização das famílias, a autora aponta que é mais pertinente “falar de dinâmicas e relações familiares, antes do que um modelo ou unidade familiar” (Fonseca, 2005, p.54). Sugere, então, que se fale em laço familiar, haja vista que esse termo se ancora nos processos de identificação, possibilitando incluir nas análises e intervenções junto às famílias, todos os componentes da ampla rede familiar.

Parte-se, nesse estudo, da compreensão do grupo familiar a partir de suas dinâmicas, reconhecendo as forças históricas e sociais que compõem os significados atribuídos a esse grupo. A família, nessa perspectiva, constitui-se como um grupo de socialização primária o qual constitui-se como um padrão simbólico por meio da qual os sujeitos estruturam seus modos de pensar, suas regras de convivência e simbolizam suas experiências, atribuindo sentido ao mundo social (Araújo, 2012; Sarti, 2003).

Segundo Fonseca (2005) ocorre uma associação entre pobreza, vulnerabilidade, “desestrutura familiar” e exposição precoce à morte. Essa associação se evidencia nos processos de culpabilização das famílias pelos assassinatos de jovens. Frente a esses homicídios, é comum que se voltem os olhares para suas famílias, de modo a questionar o papel destas sob tom acusatório. Araújo (2012) afirma que os familiares muitas vezes são vistos, em suas lutas por justiça, como associados ao crime por residirem em territórios taxados como perigosos, marcados pela

atuação do tráfico. Produz-se, assim, a culpabilização das famílias pelo envolvimento dos jovens com atividades ilícitas recorrendo ao supracitado termo “desestruturadas” como meio de explicar o envolvimento do jovem com práticas que o levaram à morte. Vale-se ressaltar que o mesmo rótulo, recai aos familiares de jovens não envolvidos com práticas ilícitas, tendo em vista que a estes também são direcionados os ‘olhares’ de suspeição (“Se morreu, é porque devia estar “envolvido”) (Araújo, 2012).

Com base nessas questões a presente revisão objetiva analisar o modo como familiares de jovens assassinados têm sido retratados na literatura que discute a violência letal juvenil. De modo mais específico, propõe pôr em análise produções discursivas de artigos científicos sobre repercussões dos homicídios juvenis nos familiares das vítimas, compreendendo de que modo esse tema vem sendo abordado nas produções no campo da psicologia.

2. MÉTODO

Foi realizada uma revisão sistemática de literatura, que consiste em uma “forma de pesquisa que utiliza como fonte de dados a literatura sobre determinado tema” (Sampaio & Mancini, 2007, p. 84). Desse modo, objetiva apresentar uma gama de estudos sobre determinado tema de modo sistemático, explicitando os métodos utilizados, critérios de seleção, descritores escolhidos e bases de dados utilizadas. Moura Júnior e Sarriera (2017) apontam que a “qualidade desta técnica é estritamente relacionada à sua estrutura metodológica (...) deve-se apresentar de forma precisa as estratégias de busca e os procedimentos analíticos utilizados” (p. 105).

As buscas foram feitas no mês de abril de 2018. Optou-se por realizá-las na plataforma CAPES e no Portal de Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PePSIC). A escolha pela plataforma CAPES se deu por esta apresentar a compilação de diversas outras bases de dados, garantindo a ampliação das buscas. Na CAPES, foi realizado acesso à Comunidade Acadêmica Federada (CAFe) o qual disponibiliza às instituições participantes maior quantidade de documentos. Já a escolha pela PePSIC se deu por esta apresentar uma compilação de produções na área da psicologia advindas de diferentes países latino-americanos.

Na plataforma CAPES, utilizou-se, inicialmente, os descritores “Homicídio” AND “Família” AND “Jovem”, o qual apresentou 139 resultados amplos. Por considerar pequena essa quantidade, optou-se por não inserir filtros nesse momento, para que todos os arquivos pudessem ser avaliados. Após avaliação dos resumos, constatou-se que apenas 6 artigos abordavam o tema proposto neste trabalho. A fim de angariar melhores resultados, optou-se por fazer novas buscas utilizando descritores distintos, seguindo padrões de combinação diferentes. Desse modo, foram realizadas um total de 8 buscas na referida plataforma, as quais são discriminadas na Tabela 1.

Eliminando-se as repetições, foram encontrados um total de 18 artigos. Os critérios utilizados não foram homogêneos. Na maior parte das buscas, limitou-se a procurar os artigos produzidos nos últimos 10 anos, na língua portuguesa. Exceção-se o critério de ano na busca “Vítima” AND “Homicídio” AND “Família” a fim de alcançar maior quantidade de resultados. Por fim, foi realizada uma busca mais ampla reunindo os descritores que haviam sido combinados de formas distintas anteriormente - (“Morte” OR “Homicídio”) AND “Família” AND (“Jovem” OR “Adolescente”) NOT “Gravidez”. O termo gravidez foi excluído porque percebeu-se que muitos resultados amplos versavam sobre gravidez na adolescência, tema diferente do proposto neste trabalho. Nesta última busca, acrescentou-se critérios de exclusão por tópicos, selecionando os seguintes tópicos: ciências sociais, psicologia e adolescente. A escolha destes visou excluir as produções relacionadas à estudos das áreas: medicina e fisiologia.

Desse modo, foram avaliados 1406 resumos, dos quais apenas 5 ainda não haviam sido encontrados nas buscas anteriores.

No portal PEPSIC foram realizadas um total de 8 buscas. Não foram colocados nenhum filtro, para que se obtivesse maior quantidade de artigos a serem avaliados. No total, foram analisados 58 resumos, dos quais 7 versavam sobre a temática central do presente estudo. Após exclusão dos já encontrados nas buscas realizadas no portal CAPES, apenas 3 artigos foram selecionados para avaliação qualitativa. Os resultados encontrados estão discriminados na Tabela 1.

Com a análise dos resumos dos artigos encontrados nas buscas, foram selecionados um total de 21 artigos para análise qualitativa desta revisão. Mediante leitura dessas produções observou-se que 5 deles, apesar de constarem como resultados de buscas a partir dos descritores acima mencionados, não abordavam diretamente a questão dos impactos dos homicídios de jovens em seus familiares. Dessa forma, optou-se pela exclusão dos mesmos. Além disso, dois dos artigos, apesar de não abordar o tema da perda por homicídio de forma direta, foram mantidos para análise por apresentar, do ponto de vista psicológico, a vivência do luto, o que nos auxilia na problematização das contribuições do campo da psicologia na temática aqui analisada. A Figura 1, apresenta um resumo das buscas realizadas até se chegar ao número de produções que foram lidas na íntegra.

3. RESULTADOS

A amostra encontrada nestas buscas corrobora com revisão de literatura realizada por Costa, Njaine e Schenker (2017) que aponta a pequena quantidade de estudos desenvolvidos no Brasil sobre os impactos dos homicídios juvenis em seus familiares. Apresentamos na Tabela 2 os artigos escolhidos, anos de publicação, áreas de concentração e temáticas centrais. Como modo de sistematização desta discussão, abordaremos uma divisão que busca analisar o material encontrado a partir dos objetivos propostos neste artigo. Por questões de organização, optamos por nos referirmos aos artigos ao longo das próximas seções pela numeração que consta ao lado de cada título, no referido quadro. Os artigos foram publicados entre os anos de 2005 e 2017 e advêm dos campos da psicologia (37,5%), ciências sociais (37,5 %) e saúde (25%). Os resultados encontrados são apresentados a partir dos objetivos propostos essa revisão, nos seguintes subtópicos: O lugar dos familiares nas produções; Repercussões psicossociais nos familiares de jovens assassinados; e Implicações da Psicologia.

3.1 O lugar dos familiares nas produções

Os artigos 1, 10, 11, 12 e 13 abordam os familiares como sobreviventes dos homicídios, sujeitos vulneráveis às dores e sofrimentos de suas perdas. Em nenhum dos artigos encontrados, os autores se referem diretamente às famílias dos jovens como 'desestruturadas', embora nos artigos que visam fazer uma espécie de 'mapeamento' dos fatores de risco que podem culminar no homicídio, tenham-se levantado indícios de 'desestruturação familiar'.

Como exemplo disso, podemos citar o artigo 8, que faz uma correlação entre variáveis de raça, classe e escolaridade da mãe e o homicídio de seus filhos. Esse estudo mostra, estatisticamente, que há uma forte correlação entre a baixa escolaridade da mãe e homicídio de seus filhos, sendo, assim, a baixa escolaridade materna

apresenta-se como um fator de risco para os jovens. Aqui, a escolaridade da mãe é colocada como fundamental para que o jovem desenvolva capacidade de diálogo e resolução de conflitos, os quais estariam relacionados às circunstâncias de suas mortes precoces. Para os autores, a maior vulnerabilidade à violência doméstica sofrida pelas mulheres com baixa escolaridade repercutiria em “um quadro de conflito interno na família que não está tendo um desdobramento adequado para todos os envolvidos, inclusive para os filhos dessas mulheres” (Monteiro & Zaluar, 2012, p.381). Outro estudo em que apesar de não se utilizar o termo “desestruturadora”, incorre-se em certa culpabilização da família é o artigo 13 que visa compreender os fatores que culminaram na morte dos jovens descrevendo situações que os tornaram vulneráveis ao homicídio. Segundo as autoras as famílias:

desprivilegiadas, responsabilizadas pela miséria, pela vida precária e deplorável e, sobretudo, pelo abandono de crianças, apresentam maior dificuldade em proporcionar a seus filhos situações de vida que possam protegê-los da violência, configurando a vulnerabilidade social (Sant’Anna, Aerts & Lopes, 2005, p.121)

As autoras caracterizam a organização familiar como não rígida, de forma que, na maioria dos casos analisados, os jovens moravam apenas com as mães. Percebe-se que, apesar de não ser explicitado o termo “famílias desestruturadas” nestes estudos, permanece a ideia de investigação das questões familiares como um modo de se compreender o homicídio.

Os estudos 4, 5, 6, 7 e 9 apresentam os familiares de vítimas como criadores de campos de disputa e de representação das mortes dos jovens, sujeitos que, após suas perdas, passam a fortalecer os movimentos de luta por justiça. Faz-se importante destacar que estes estudos têm em comum o fato de lançarem um olhar sobre os processos políticos e sociais que forjam e sustentam os assassinatos juvenis. Essas pesquisas destacam a reparação e memória como um direito fundamental para as vítimas de homicídio e, portanto, de grande importância para romper com regimes e (in)visibilidade e naturalização dessas mortes (artigos 4,5, 6 e 9); assim como ações que visam a materialização da memória (5, 6, e 9).

3.2 Repercussões Psicossociais nos familiares de jovens assassinados

Tomaremos, neste subtópico, à semelhança Costa et al. (2017), a seguinte forma de sistematização: *saúde, sistema familiar, fatores de revitimização e aspectos facilitadores no pós-homicídio*. Acrescentaremos mais uma categoria denominada *dimensão política da dor* a qual agrega os estudos que enfatizam os processos políticos das perdas.

Os impactos na *saúde* abordam os processos de adoecimento físico e mental em decorrência das mortes e vivência dos lutos. A maior parte dos artigos avaliados apontaram os impactos emocionais das perdas dos jovens em seus familiares, excetuando-se o artigo 8. Aqui englobam-se os aspectos emocionais e afetivos como sentimentos de tristeza, solidão, isolamento, apatia, vontade de morrer, sensação de vazio e medo destacados na maior parte dos estudos avaliados. Também são recorrentes relatos de saudade, desejo de vingança (tanto em relação às pessoas no seu meio social comunitário quanto à pessoa que cometeu o assassinato) e culpabilização pela morte. Alguns fatores são apontados como intensificadores do sofrimento e luto dos familiares como a imprevisibilidade da morte e o fato de estas ocorrerem precocemente. Os sofrimentos psíquicos em decorrência das mortes podem ocasionar adoecimentos como Transtorno de Estresse pós-traumático e depressão (Costa et al., 2017). Vale-se destacar que os sofrimentos

físicos podem se dá como resultantes da somatização dos sofrimentos psíquicos (Santos, 2010).

As perdas abruptas trariam repercussões não apenas em âmbito individual, mas também social, econômico e político. Em relação aos impactos no *sistema familiar* foram apresentadas mudanças nas relações familiares como distanciamentos ou aproximações entre seus membros assim como alterações quanto aos papéis familiares desempenhados (artigos 1 e 10), Reorganização das tarefas domésticas e modificação nas relações entre o casal (artigos 1 e 11). O estudo 1 aponta que as formas de lidar com a perda se dão de modos distintos de modo que, enquanto certos membros familiares podem apresentar desejo de isolamento dos demais, não conseguindo dedicar-se afetivamente aos outros componentes da família; outros podem, a partir da perda, ressignificar suas relações manifestando desejos de aproximação. Outro fator que pode interferir na dinâmica familiar é o agravamento da situação financeira da família, o que se dá nos casos em a vítima contribuía significativamente para o orçamento familiar.

Os estudos 3, 12, 13 e 14 apontaram fatores que atuam no risco de *revitimização* das famílias como o panorama da violência que se apresenta de forma intensificada nas periferias (Santos, 2007) e o desejo de vingança por parte de alguns familiares, principalmente os mais jovens, que podem levar a um ciclo de vingança e mortes de outros membros familiares (Santos, 2007; Sant'anna et al, 2005).

Os estudos 1, 2, 3 12 e 16 abordam modos de enfrentamento dos familiares. O estudo 16 foi realizado com mães e irmãos de vítimas de homicídio, as autoras mostram que os principais modos de enfrentamento desenvolvidos pelos participantes da pesquisa foram: a negação da morte, a retomada da rotina e o apoio religioso. Esse estudo aponta ainda a religiosidade e inserção em grupos comunitários como os principais *facilitadores no pós homicídio*. O estudo 1 mostra que rede social de apoio informal (amigos, parentes, vizinhos) ou formal (equipamentos sociais ou de saúde) é de fundamental importância no enfrentamento da perda. Já o estudo 12, analisa a partir de entrevistas as dificuldades de enfrentamento e o silenciamento dos familiares. O artigo 2, consiste em uma pesquisa realizada com familiares e denuncia as fragilidades na rede formal de apoio haja vista que poucos entrevistados tiveram suporte institucional após homicídio. Os estudos 1, 2 e 16 apresentaram algumas situações em que os familiares não receberam nenhum tipo de apoio. Os artigos 16 e 13 destacam que a oferta de apoio aos familiares de jovens envolvidos com atos ilícitos é mais escassa.

Os artigos 4, 5, 6, 7 e 9 enfatizam a relevância de processos como os de reparação e memória das vítimas, que contribuem para visibilização das mortes de jovens e dos sofrimentos dos seus familiares, enfatizando, assim, a *dimensão política da dor*. As pesquisas compiladas nesse eixo compõem um contraponto à percepção naturalizada do homicídio juvenil, corroborando para uma análise contextualizada com os processos políticos e sociais que produzem as mortes serializadas.

3.3 Implicações da Psicologia

Dos artigos analisados, apenas 6 eram provenientes da psicologia (1, 10, 11, 12, 15 e 16). Os artigos 11 e 15 mantêm o foco de suas análises nos processos de luto pela perda do filho e nos impactos na dinâmica familiar, a partir de lentes teóricas de duas diferentes abordagens. Os artigos 1, 12 e 16 abordam as perdas de jovens por assassinato. Já o estudo 10 consiste na aplicação de escala para reconhecimento de padrões de luto em mães que perderam filhos subitamente, havendo entre os participantes da pesquisa mães que perderam filhos por homicídio. Faz-se importante

destacar algumas das contribuições dos estudos do campo da psicologia aqui apresentados, como: o destaque dado aos modos singulares de familiares ao vivenciarem os sofrimento e lutos (1,10,12); e a apresentação de reverberações das circunstâncias de morte (vítima de violência, morte repentina e precoce, perda de um filho) nos modos de vivenciar o luto (1,10,12,16). Os estudos 1 e 12 assinalaram a pouca visibilidade do sofrimento destes familiares, colocando esse fator como fator comprometedor da saúde física, mental e da capacidade laboral. Os estudos 1, 12 e 16 indicam a necessidade de investimento em políticas públicas de assistência aos familiares.

Percebe-se que as produções do campo da psicologia dão destaque às repercussões psicológicas dos lutos. Os artigos, em geral, destacam a vivência da perda, enfatizando questões relacionadas ao sofrimento interno (estudos 10, 11, 15) e trazendo o externo (Comunidade, sociedade, grupo, interpessoalidade) como um pano de fundo ou estratégia de apoio (estudos 1, 12, 16).

4. DISCUSSÃO

Considerando-se os resultados encontrados, no que concerne aos lugares dos familiares nas produções, faz-se importante questionar: até que ponto a “investigação” das organizações e dinâmicas familiares de jovens assassinados podem corroborar para o reforço da culpabilização dos familiares pelas mortes dos filhos? De que modo o reforçamento dessas perspectivas pode contribuir para produção de aprisionamentos dessas famílias sob o rótulo “incapazes” e, portanto, necessitadas da intervenção estatal?

Com as modificações das estruturas e composições familiares, o termo “desestruturadas” passa a ser utilizado por profissionais e pesquisadores para se referir às famílias que não correspondem ao modelo nuclear. Refere-se, portanto, à diversidade de arranjos familiares que foram surgindo com as transformações socioculturais que possibilitaram os diferentes arranjos familiares contemporâneos. Miotto (2010) destaca que, atualmente, existe uma maior aceitabilidade das diversidades de arranjos familiares, no tocante às suas estruturas e composições, entretanto, no que concerne às funções familiares não se pode afirmar o mesmo. Desse modo, existe uma expectativa social de que a família, independente da sua composição e estrutura, consiga corresponder a um padrão de funcionalidade que abarca a garantia da sobrevivência e bem-estar de seus membros, de modo independente de suas condições sociais, econômicas ou culturais.

De acordo com Fonseca (2015) recaiu, historicamente, às famílias mais pauperizadas o rótulo de ‘desestruturadas’, muitas vezes, por estas não se enquadrarem no modelo nuclear de família e não corresponderem ao padrão de funcionalidade imposto. Faz-se importante frisar que o mesmo rótulo não é utilizado para famílias de classes sociais mais abastadas, mesmo que estas apresentem configurações e comportamentos semelhantes, produzindo-se, assim, uma dicotomia, ancorada em questões de classe. Assim sendo, o rótulo de famílias “desestruturadas” em geral é utilizado para se referir às famílias mais pobres, consideradas ‘disfuncionais’ e que, portanto, necessitam da intervenção estatal. Com isso, o Estado passa a assumir as responsabilidades com os sujeitos por meio das políticas públicas somente quando nem a instituição familiar, nem o mercado podem se encarregar dos cuidados e subsistência dos sujeitos. Desta feita, ocorre que as questões concernentes às relações familiares passam a ser compreendidas como restritas ao âmbito privado, recaindo sobre estas a responsabilidade pelo bem-estar e manutenção dos seus integrantes. O Estado tem, portanto, a responsabilidade de atuar de modo apenas temporário e em casos estritos, nos quais, a família não pode arcar com sua própria manutenção (Miotto,

2010).

Portanto, a atuação do Estado nas famílias apresentaria duas faces tendo em vista que ao mesmo tempo que oferece meios de sustento e amparo às famílias, esse fornecimento de recursos em si funciona como uma estratégia de controle destas. Assim sendo, o Estado exerce um papel de controle sobre os modos de viver dessas famílias, ditando regras (econômicas, políticas, de saúde, educação, trabalho) de como devem se estruturar e funcionar (Mioto, 2010). Entendemos aqui a noção de Estado como ponto de convergência do poder e não como um pleno detentor deste. Desse modo, o Estado atua como um mecanismo utilizado nas tramas de poder. Sendo a família um dos meios pelos quais as estratégias de governo da vida (Nascimento, 2018).

No que concerne às repercussões psicossociais dos homicídios juvenis, podemos perceber, a partir dos resultados expostos, que os impactos das mortes de jovens se dão nos diferentes âmbitos das vidas dos familiares. Baseando-nos na compreensão de família esboçada na introdução deste artigo, podemos refletir, a partir das contribuições de Santos (2010), que o vazio produzido pela ausência do jovem morto, denominado pelo autor de vão, se denotaria não apenas nas relações familiares, mas também na comunidade do jovem, embora neste último âmbito os impactos se deem de uma forma menos duradoura. É recorrente a naturalização que recai sobre as mortes nesses territórios. As marcas da perda podem se dar, portanto, de modo duradouro ou transitório, a depender do grau de proximidade e do caráter das relações estabelecidas com o falecido. Os resultados encontrados corroboram com resultados apresentados por Santos (2010) que aponta: o distanciamento das mães de jovens assassinados em relação à comunidade, o que se dá, principalmente, quando o filho morto tinha envolvimento com atividades ilícitas; ruptura dos vínculos das mães com instituições, pessoas e lugares no caso de mudança para outros bairros; e conformismo em relação às perdas. Vale-se pontuar que o conformismo pode estar relacionado à sensação de impotência e desproteção dos familiares frente à impunidade e o aumento das mortes de jovens.

As questões destacadas nos estudos dessa revisão também corroboram com Rodrigues e Damasceno (2015) no que concerne à construção de circuitos de mortes, relacionados ao desejo de vingança de parentes e amigos, e impunidade dos perpetradores dos homicídios que, muitas vezes, moram próximo às famílias vitimadas, o que contribui para intensificação do sentimento de medo ou mudanças de endereço. Tornando-se comum a descrença no sistema criminal por parte dos familiares (Costa et al., 2017). Torna-se relevante destacar que os familiares de jovens envolvidos previamente em atos ilícitos encontram maior dificuldade de conseguir apoio social. Esse dado nos leva a refletir sobre as repercussões dos regimes de (in)visibilização das vidas e mortes desses jovens na invisibilização e silenciamento dos sofrimentos desses familiares, uma vez que o envolvimento prévio dos jovens com atos ilícitos podem produzir sensação de privação do direito de viver o luto, haja vista que nesses contextos essas mortes, muitas vezes são aclamadas socialmente (Costa et al., 2017).

Os direitos de vivenciar suas perdas, clamarem por justiça lhes são tomados, haja vista que se tratam de vidas indignas. Os modos de (in)visibilização a que estão submetidas essas juventudes produzem a deslegitimação dos sofrimentos de seus familiares frente aos homicídios. Dessa forma, as formas de vivenciar os impactos das perdas estão relacionados aos processos sociais que segregam essas vidas perdidas entre “matáveis” e não “matáveis”. A falta de apoio social e deslegitimação das dores das perdas pelos “matáveis” corrobora para intensificação dos sofrimentos. Acerca disso, Araújo (2012) aponta as tensões entre o *ser familiar de vítima* e o *ser familiar de bandido*, demonstrando o modo como essa diferença está presente nas falas dos familiares entrevistados, que corroboram com o discurso social de segregação entre as vidas matáveis e não matáveis. Fonseca (2013)

destaca, que os familiares, muitas vezes, têm suas dignidades feridas e a moral de seus filhos questionadas ao clamarem por justiça pela morte de seus filhos, tendo de lidar com o marasmo nas investigações das mortes, elementos que agravam suas dores.

As manifestações dos familiares podem se dar pela formação de movimentos políticos, grupos com pautas de reivindicação, falas em público, críticas às autoridades e organização de debates públicos, conforme acompanhado por Brites e Fonseca (2013). Os grupos constituem, portanto, uma “rede de solidariedade e de posicionamento político.... Juntas elas atribuem um valor social a sua dor, dando um sentido coletivo ao seu luto individual.” (Damasceno, Rodrigues & Aguiar, 2014). Dessa forma, podemos compreender que os sofrimentos dos familiares de jovens assassinados não são apenas de ordem individual, são também políticos.

Em relação às implicações da psicologia nessas discussões, de maneira geral, pode-se perceber que as produções da área da psicologia aqui analisadas se voltam para o reconhecimento e compreensão da forma como os familiares das vítimas vivenciam suas perdas, apresentando uma segregação entre os impactos individuais e externos ao indivíduo. Trazem, a partir da escuta nas entrevistas, as alterações em seus cotidianos e as emoções vivenciadas pelos familiares frente à perda, contudo sem enfatizar os processos macrossociais relativos aos homicídios. Essas questões podem ser percebidas pelas discussões propostas nos trabalhos analisados, em suas formas de estruturação e foco de análise, que corroboram para uma percepção segmentada entre fatores internos e externos. Se por um lado, esta estruturação das discussões e análises podem se mostrar didática para o leitor, por outro, cabe-nos questionar: até que ponto ela pode estar corroborando com a segregação entre os impactos de ordem individual e coletiva, reiterando à lógica de separação entre indivíduo X sociedade, tão cara à psicologia? Outro ponto que nos leva à esta reflexão é que apenas três dos artigos da psicologia apresentam o panorama da violência letal no Brasil, no intuito de contextualizar a intensificação das mortes e os sofrimentos em decorrência destes. No entanto, apesar de o fazerem, o foco de suas análises se mantém nas narrativas de seus sofrimentos, vivências do luto, mudanças de papéis na família e na comunidade. Evidencia-se, assim, certa carência dos estudos do campo da psicologia, aqui analisados, em enfatizar o sofrimento dessas famílias em seu caráter político e coletivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que as concepções de família compõem um campo de disputas marcado pela forte atuação de vetores que corroboram para a produção de rotulações, tantas vezes responsáveis pelos processos de culpabilização e estigmatização das famílias que vivem nas periferias. Considerando-se o campo da produção científica como uma das arenas em que essa disputa se dá, essa revisão sistemática pode identificar que alguns estudos ainda corroboram para a concepção de desestruturação familiar que finda por culpabilizar famílias mais pauperizadas pela forma que a violência letal as assola. Faz-se importante destacar que, ao analisar os impactos no cotidiano dos familiares, torna-se relevante a problematização da aparente legitimidade das mortes juvenis e de que modo isso repercute em seus sofrimentos. Aponta-se para necessidade de que os estudos do campo da psicologia pautem as dimensões políticas desses sofrimentos, considerando-se seus recortes históricos e sociais.

Os impactos das mortes juvenis, apesar de, conforme demonstrado pela literatura, se darem na dimensão pessoal (representados pela caracterização de suas fases, emoções frente às perdas, comportamentos típicos), também são resultantes de processos macropolíticos que forjam e sustentam uma política de morte que leva à

radicalização da morte, intensificada em um setor específico da sociedade (negros e pobres). Portanto, torna-se relevante demarcar o compromisso ético político da psicologia e sua implicação em pensar esses sofrimentos em suas dimensões políticas e coletivas. Os estudos aqui analisados provenientes das áreas da psicologia e da saúde dão maior ênfase aos processos de adoecimento físicos e psíquicos decorrentes dos sofrimentos desencadeados pelas mortes. Enquanto que os oriundos das ciências sociais, apesar de pontuarem esses sofrimentos, em sua maioria, apresentam uma análise dos contextos de violência que desencadeiam as mortes e sofrimentos dos familiares.

Faz-se importante destacar que, com as questões aqui levantadas, não pretendemos incorrer na desvalorização dos estudos encontrados nesta revisão haja vista o reconhecimento de suas relevâncias na análise dos sofrimentos dos familiares de jovens. No entanto, reitera-se a necessidade de que a psicologia possa exercitar seu olhar crítico frente a essas mortes e suas implicações, considerando-se o coletivo de forças que compõe o homicídio desses jovens e os sofrimentos dos familiares em decorrência de suas perdas.

Referências

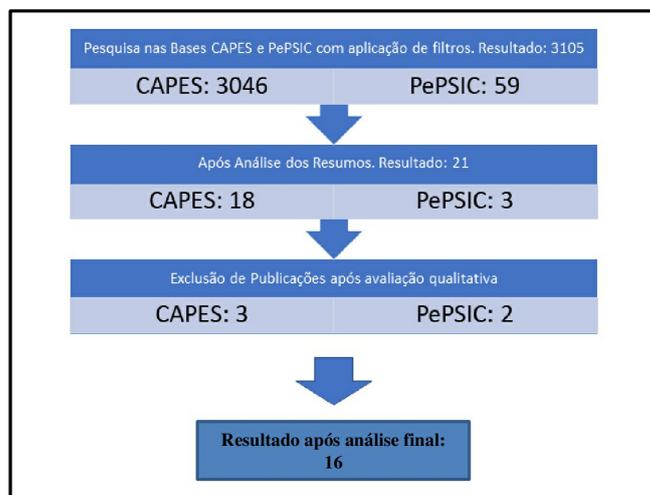
- Almeida, E. J., Garcia - santos, S., & Haas, E. I. (2011). Padrões Especiais de Luto em Mães que Perderam Filhos por Morte Súbita. *Revista de Psicologia da IMED*, 3(2), 607-616.
- Araújo, F. A. (2012). *Das Consequências da “arte” macabra de fazer desaparecer corpos: violência, sofrimento e política entre familiares de vítima de desaparecimento forçado.* (Tese de Doutorado em Sociologia e Antropologia - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Barbosa, C. G., Melchiori, L. E., & Neme, C. M. B. (2011). Morte, família e a compreensão fenomenológica: revisão sistemática de literatura. *Psicol. rev.* (Belo Horizonte), 17(3), 363-377.
- Brites, J., & Fonseca, C. (2013). As metamorfoses de um movimento social: Mães de vítimas de violência no Brasil. *Análise Social*, 48 (209), p.858-878.
- Costa, D. H., Njaine, K. Schenker, & M. (2017). Repercussões do homicídio em famílias das vítimas: uma revisão da literatura. *Ciência & Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, 22 (9), p. 3087-3097.
- Creiasco, M. V. F., Schinemann, D., & Pimenta, S. O. (2015). Mães que Perderam Filhos: uma Leitura Psicanalítica do Filme Rabbit Hole. *Psicologia*, 35(1), 54-68.
- Damasceno, L., Rodrigues, H. S. J., Aguiar, D. P. (2014). Dor, Sofrimento e Luto em mães de periferia de Fortaleza. In: Trabalho apresentado na 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, Natal, RN/Brasil.
- Domingues, D. F., & Dessen, M. A. (2013). Reorganização familiar e rede social de apoio pós-homicídio juvenil. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 29 (2), 141-148.

- Domingues, D. F., Dessen, M. A.; Queiroz, E. (2015). Luto e enfrentamento em famílias vitimadas por homicídio. *Arq. bras. psicol.*, 67 (2), p.61-74.
- Domingues, D. F., Villas boas, A. C. V. B., & Dessen, M. A. (2011). Homicídio juvenil por arma de fogo e reorganização familiar: um estudo de caso. *Psico*,42(1), pp.51-58.
- Fonseca, C. (2005) Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica. *Saúde e Sociedade*, 14(2), p.50-59.
- Grisales, S. A. (2016). Fazer visíveis as perdas: Morte, memória e cultura material. *Tempo Social*, 28(1), 85-104.
- Mioto, R. C. Novas propostas e velhos princípios: a assistência às famílias no contexto de programas de orientação e apoio sociofamiliar. In.: Sales, M. A., Matos, M. C., Leal, M. A. (orgs.). (2010). *Política Social, família e juventude uma questão de direitos*. (6ª ed., pp. 43 – 59) São Paulo: cortez.
- Molina, M. (2017). Reparación para las víctimas en el municipio de tumaco. *Análisis Político* 30(90), 121-139.
- Moura junior, J. F., & Sarriera, J. C. (2017). As Relações entre Pobreza e Bem-estar: uma revisão sistemática. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, Londrina, 8(2),100-125.
- Nascimento, P. H. A. (2017) “A escola é a segunda família e a família é a primeira escola” *Uma arqueogenealogia da parceria entre família e escola*. (Dissertação de Mestrado em psicologia).Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.
- Nieto, P. (2010). Relatos autobiográficos de vítimas do conflito armado: uma proposta teórico-metodológica. *Revista de Estudios Sociales*, 36, 76-85.
- Rodrigues, H. S. J., Damasceno, L. (2015). Coração de mãe é terra que ninguém anda: Um estudo das redes, “tramas” e conflitos de mães em luto nas favelas à beira-mar. *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, 14 (40), 37-45.
- Sampaio, R. F.; Mancini, M.C. (2007) Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. *Rev. bras. fisioter.*, 11(1), 83-89.
- Sant’anna, A., Aerts, D., & LOPES, M. (2005). Homicídios entre adolescentes no Sul do Brasil: situações de vulnerabilidade segundo seus familiares. *Cadernos de Saúde Pública*, 21(1), 120-129.
- Santos, J. E. F. (2007). Homicídio entre jovens de uma periferia de salvador, Bahia: um relato de experiência sobre a violência e o desenvolvimento humano. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, 17 (3), 72-84.

- Santos, J. E. F. (2010) *Cuidado com o vo: Repercussões do homicídio entre jovens de periferia*. (1ª ed.). Salvador - Bahia: EDUFBA.
- Sarti, C. A. (2003). *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. São Paulo: Cortez, 2003.
- Schenker, M.; Njaine, K. (2017). Homicídios de jovens: os impactos da perda em famílias de vítimas. *Physis*, 27(3), 685-705.
- Silva, C.M. (2017). *A tica nas famílias contemporâneas: Reflexões sobre o "ser" e o "outro do ser" a partir dos filmes Abril Despedaado e Boyhood*. (Dissertao de Mestrado em Psicologia). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.
- Silvestre, C. (2016). Genealogia e história não resolvida do desaparecimento forçado no México. *Iconos*, 20(2), 93-114.
- Zaluar, A.; Monteiro, M. F. G. (2012). Desigualdades regionais do risco de mortalidade de jovens: Raça, renda e/ou escolaridade da mãe? *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, 5(3), 369-386.

Lista de Figuras

Figura 1 – Resumo das Buscas



Lista de Tabelas

Tabela 1 – Resultados Buscas na Plataforma CAPES e PEPSIC

Buscas plataforma CAPES			
Descritores	Crítérios de Busca	Resultado Amplo	Resultado Específico
Homicídio, Família, jovem	-	139	6
Morte, Violência, Família	2008 – 2018, Português, Artigo	567	2
Impacto, Homicídio, Família	2008 - 2018 Português, Artigo	300	1
Adolescente, Família, Violência, Homicídio	2008 - 2018 Português, Artigo	21	1 (Já encontrado em outra busca)
Jovem, Família, Violência	2008 - 2018 Português, Artigo	437	3 (2 já encontrados)
Violência, Luto, Justiça	2008 - 2018 Português, Artigo	35	4 (2 já encontrados em outra busca)
Violência, Luto, Família	2008 - 2018 Português, Artigo	46	4 (já encontrados em outra busca)
Vítima, Homicídio, Família	- Português, Artigo	95	5 (3 já encontrados em outras buscas)
“Morte” OR “Homicídio” AND “Família” AND “Jovem” OR “Adolescente” NOT “Gravidez”	2008 - 2018 Português, Artigo Tópicos: ciências sociais, psicologia, adolescente	1406	4
Buscas plataforma PEPSIC			
Descritores	Resultados		
Família, Homicídio, Jovens.	2 (1 já encontrado na CAPES)		
Família, Luto, Assassinato	0		
Família, Luto, jovem	1 (Já encontrado)		
Família, Luto, Morte	– 11 resultados amplos; - - 2 deles na área Pesquisada (1 deles já encontrado)		
Vítima, Homicídio de Jovens, Família	0		
Morte OR Homicídio, Família, jovem	1 (Já encontrado)		
Famíliares, luto, assassinato	0		
Famíliares, Jovens	– 44 resultados amplos; - 2 na área pesquisada (1 deles já encontrado);		

Fonte: Elaborada pela autora (2018)

Tabela 2 – Apresentação dos artigos selecionados para análise

Título	Nº	Ano	Área	Temática Central
Reorganização familiar e rede social de apoio pós-homicídio juvenil.	1	2013	Psicologia	Investiga as transformações nos sentimentos, nas relações sociais e na rede social de apoio de famílias que perderam jovens vitimados por homicídio.
Homicídios de jovens: os impactos da perda em famílias de vítimas.	2	2017	Saúde	Analisa os impactos do homicídio de um jovem na família, através das narrativas de seus familiares.
Repercussão dos Homicídios em Familiares de Vítimas: uma Revisão de Literatura.	3	2017	Saúde	Apresenta uma revisão integrativa de literatura sobre as repercussões da morte por homicídio nas famílias das vítimas.
Genealogia e história não resolvida do desaparecimento forçado no México.	4	2016	Ciências Sociais	O artigo fala dos desaparecimentos forçados no México. Faz um paralelo entre os desaparecimentos do período da ditadura política e os que ocorrem atualmente em nome da guerra às drogas e defesa da sociedade quem tem assassinado diversos jovens.

Tabela 2 – Apresentação dos artigos selecionados para análise (continuação)

Relatos autobiográficos de vítimas do conflito armado: uma proposta teórico-metodológica.	5	2010	Ciências Sociais	Faz uma proposta teórico-metodológica de como trabalhar com as vítimas de violência de modo a dar visibilidade a suas narrativas sobre as violências vividas.
Fazer visíveis as perdas Morte, memória e cultura material.	6	2016	Ciências Sociais	O artigo fala sobre a realidade da colômbia. Mortalidade juvenil e processo dos familiares em lidarem com suas perdas num cenário de ameaça à democracia e cerceamento da liberdade de fala.
As metamorfoses de um movimento social: Mães de vítimas de violência no Brasil.	7	2013	Ciências Sociais	Narra o percurso de organização política de mães de jovens Assassinados.
Desigualdades regionais do risco de mortalidade de jovens: Raça, renda e/ou escolaridade da mãe?	8	2012	Ciências Sociais	O artigo faz uma correlação entre variáveis de raça, classe e escolaridade da mãe mostrando suas relações com o homicídio juvenil.

Tabela 2 – Apresentação dos artigos selecionados para análise (continuação)

Reparación para las víctimas en el municipio de Tumaco.	9	2017	Ciências Sociais	Reflete sobre o conceito de reparação no âmbito do conflito armado na Colômbia e sobre as alternativas que foram oferecidas às vítimas, das esferas oficial e comunitária, no município de Tumaco.
Padrões Especiais de Luto em Mães que Perderam Filhos por Morte Súbita.	10	2011	Psicologia	Busca compreender o luto em mães cujos filhos foram vítimas da violência, suas implicações na configuração psicológica das mães e avaliar as condições dos padrões especiais de luto propostos por Worden (1998).
Mães que Perderam Filhos: uma Leitura Psicanalítica do Filme Rabbit Hole.	11	2015	Psicologia	Busca compreender o sofrimento de mães que perderam seus filhos a partir das noções luto e melancolia.
Homicídio juvenil por arma de fogo e reorganização familiar: um estudo de caso.	12	2011	Psicologia	Analisa fatores de risco e de proteção que interferiram na reorganização da família de um jovem vitimado por homicídio.

Tabela 2 – Apresentação dos artigos selecionados para análise (continuação)

Homicídios entre adolescentes no Sul do Brasil: situações de vulnerabilidade segundo seus familiares.	13	2005	Saúde	Busca analisar, a partir dos relatos de familiares os fatores de vulnerabilidade vividos pelos jovens que culminaram em suas mortes.
Homicídio entre jovens de uma periferia de Salvador, Bahia: um relato de experiência sobre a violência e o desenvolvimento humano.	14	2007	Saúde	Analisa as trajetórias de jovens assassinados e suas repercussões em nos âmbitos: familiar, comunitário e entre jovens.
Morte, família e a compreensão fenomenológica: uma revisão sistemática de literatura.	15	2011	Psicologia	Trata-se de uma revisão de literatura que analisa estudos que abordam o processo de luto no âmbito familiar a partir da fenomenologia.
Luto e enfrentamento em famílias vitimadas por homicídio.	16	2015	Psicologia	Aborda modos de enfrentamento do luto em familiares de jovens assassinados.